

**Transcrição da Teleconferência da CESP
Resultados do Terceiro Trimestre de 2012
28 de Novembro de 2012**

Operadora: Boa tarde e obrigada por aguardarem. Sejam bem vindos à teleconferência da CESP para a discussão dos resultados referentes ao terceiro trimestre de 2012.

Estão presentes a Presidência, a Diretoria e os assessores da CESP.

Informamos que este evento está sendo gravado e todos os participantes estão conectados apenas como ouvintes. Mais tarde iniciaremos a sessão de perguntas e respostas para analistas e investidores e logo após atenderemos às perguntas da imprensa, quando mais instruções serão fornecidas. Caso seja necessária a ajuda de um operador durante a teleconferência basta teclar “asterisco zero”. Perguntas só poderão ser feitas através do telefone.

Este evento também está sendo transmitido simultaneamente pela Internet via webcast, podendo ser acessado no endereço <http://ri.cesp.com.br>, onde se encontra a respectiva apresentação. A seleção dos slides será controlada pelos senhores.

Gostaríamos de informar que esta teleconferência está sendo simultaneamente traduzida para o inglês, a fim de atender aos investidores estrangeiros da Companhia. Informamos que os participantes que estão ouvindo o evento em inglês também poderão fazer perguntas durante a sessão de perguntas e respostas. O replay deste evento estará disponível algumas horas após o encerramento.

Antes de prosseguir, gostaríamos de esclarecer que eventuais declarações que possam ser feitas durante esta teleconferência relativas às perspectivas de negócios da CESP, projeções e metas operacionais e financeiras, constituem-se em crenças e premissas da Diretoria da Companhia, bem como em informações atualmente disponíveis. Considerações futuras não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer.

Investidores devem compreender que condições econômicas gerais, condições da indústria e outros fatores operacionais podem afetar o desempenho futuro da CESP e podem conduzir a resultados que diferem materialmente daqueles expressos em tais considerações futuras.

Agora gostaria de passar a palavra para a Diretoria Executiva da CESP. Por favor senhores, podem prosseguir.

Sr. Almir Martins: Bom dia a todos, eu sou Almir Martins, assistente da

diretoria financeira e de relações com investidores. Agradeço a participação na teleconferência da CESP sobre os resultados do terceiro trimestre de 2012. Encontram-se à mesa o Sr. Mauro Arce, presidente da CESP, o Sr. Mituo Hirota, diretor de geração além de assessores.

Vamos iniciar a apresentação dos resultados pelo slide número 2 onde demonstramos que as receitas de energia elétrica alcançaram R\$ 942 milhões no terceiro trimestre, 12,3% superior ao terceiro trimestre de 2011. No ambiente de contratação livre as receitas registraram aumento de cerca de R\$ 54 milhões, decorrente de aumento nos volumes requeridos pelos consumidores livres além de reajustes de preços.

As vendas no ambiente de contratação regulada apresentaram um aumento de cerca de R\$ 17 milhões decorrente basicamente de reajustes contratuais. O volume liquidado na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) é composto de dois segmentos: as vendas no mercado de curto prazo que são liquidadas a preços de PLD e foram de 41,6 milhões nesse trimestre; por sua vez, o MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) foi responsável por 13,8 milhões de vendas.

A receita líquida, no lado direito, registrou um aumento de 13% em relação a 2011, alcançando R\$ 831 milhões com deduções à receita de R\$ 112,4 milhões.

No próximo slide, slide 3, vemos a distribuição da receita da CESP nos três segmentos de comercialização de energia: ambiente de contratação regulada, no ambiente de contratação livre e na câmara de comercialização de energia elétrica (CCEE). A maior participação coube ao ambiente de contratação regulada com 58,1% das vendas seguido do ambiente de contratação livre com 36%, sendo que a energia de curto prazo liquidada na CCEE participou com 5,9%.

O aumento registrado na participação das vendas da CCEE deve-se ao nível de preços de PLD mais elevados nesse trimestre.

O slide 4 mostra, à esquerda, a quantidade de energia vendida em MWh no terceiro trimestre de 2012 com aumento de 6% comparado ao mesmo período do ano anterior. A quantidade de energia comercializada foi 19,2% superior à garantia física fixada pela Aneel, que é de 8.647 GWh.

O preço médio do MWh vendido aumentou 5,9%: de R\$ 86,36 no terceiro trimestre de 2011 para R\$ 91,50 no terceiro trimestre deste ano.

Avançando para o slide 5 temos, à esquerda, o nível de reservatórios do subsistema Sudeste e Centro-Oeste que apresentou no terceiro trimestre de 2012 volumes inferiores aos apresentados no ano anterior, similares e pouco abaixo aos do ano de 2010.

Do lado direito pode-se observar o comportamento do PLD. A situação dos

reservatórios e a perspectiva de baixa ocorrência de chuvas no período influenciou o preço do PLD que em setembro alcançou R\$ 182,94. A média do PLD no terceiro trimestre de 2012 atingiu R\$ 130,52 com aumento significativo em relação à média do mesmo período de 2011, que foi de R\$ 21,29.

No slide 6 pode-se observar que as despesas operacionais apresentaram um acréscimo de 3,9% em relação ao terceiro trimestre do ano anterior atingindo R\$ 460 milhões. Contribuíram para essa elevação as rubricas não gerenciáveis, tais como a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos com um aumento de 12,7%, e encargos do uso do sistema com um aumento de 5,6%. Contribuíram positivamente para o nível das despesas operacionais os itens gerenciáveis de pessoal, material e serviços de terceiros.

O slide 7 demonstra, à esquerda, o Ebitda que no terceiro trimestre de 2012 atingiu R\$ 585,5 milhões, um crescimento de 16,8% em relação ao terceiro trimestre de 2011. A margem Ebitda subiu 2,3 p.p. passando de 68,2% para 70,5%. Do lado direito do slide apresentamos a composição do Ebitda.

No slide seguinte, slide 8, vemos que o resultado financeiro do terceiro trimestre de 2012 foi de R\$ 124,9 milhões negativos, comparável com R\$ 332,2 milhões negativos no mesmo trimestre do ano anterior. A grande diferença é explicável pelas variações cambiais, que neste terceiro trimestre de 2012 permaneceram praticamente estáveis contra uma significativa desvalorização do real no terceiro trimestre do ano passado. Do lado direito do slide pode ser visto o comportamento do dólar e sua influência no resultado.

O slide 9 mostra que em 30 de setembro de 2012 a dívida financeira atingiu R\$ 3,845 bilhões, uma diminuição de 8,3% na comparação com 31 de dezembro do ano passado. Na mesma data, 30 de setembro, a dívida em moeda estrangeira era de 646,3 milhões de dólares, representando 34,1% do total de dívida da companhia.

O slide 10 demonstra o perfil da dívida e seus vencimentos para os anos seguintes. Nos nove primeiros meses de 2012 já houve pagamento de R\$ 596 milhões, restando R\$ 187 milhões a serem pagos no último trimestre do ano. Em agosto de 2013 teremos o vencimento da série 7 das notas de médio prazo no montante principal de 220 milhões de dólares. Em janeiro de 2015 teremos o vencimento da série 8 das mesmas notas emitido em reais com saldo em 30 de setembro de 2012 da ordem de R\$ 1 bilhão.

O slide 11 apresenta o comportamento das provisões para riscos legais. Pode-se verificar partindo da posição de 30 de junho de 2012 o valor adicional de atualização atribuído às provisões anteriormente existentes de 68,5 milhões. A reversão de provisões líquidas de 67,8 milhões, baseada na opinião de nossos advogados, tendo havido R\$ 14,4 milhões em desembolsos com as ações judiciais. Em 30 de setembro de 2012 o saldo de provisões correspondia a R\$ 1,911 bilhões, uma diminuição de 0,7%.

O slide seguinte apresenta os destaques operacionais e financeiros do terceiro

trimestre de 2012: o aumento da receita operacional líquida de 18% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, o aumento no Ebitda de 16,8 alcançando R\$ 585 milhões e lucro líquido de R\$ 149,6 milhões revertendo o prejuízo de R\$ 98,6 milhões no terceiro trimestre de 2011.

Dessa forma concluímos a nossa apresentação. Agradecemos a participação de todos, abrimos a reunião para a sessão de perguntas e respostas esclarecendo e enfatizando que o conselho de administração da CESP convocou a assembleia de acionistas para a próxima segunda-feira, dia 3 de dezembro, com o objetivo de deliberar sobre as concessões referentes às usinas de Ilha Solteira, Jupia e Três Irmãos em face da Medida Provisória nº 579.

Esta matéria será, portanto, alvo de deliberação dos acionistas cuja decisão ainda não foi tomada, de maneira que a diretoria não pode antecipar seus resultados. Perguntas sobre hipóteses de possíveis decisões da assembleia de acionistas não poderão ser respondidas. Pedimos a compreensão de todos para esta situação. Obrigado.

Sessão de Perguntas e Respostas

Operadora: Com licença senhoras e senhores, iniciaremos agora a sessão de perguntas e respostas para analistas e investidores. Para fazer uma pergunta, por favor, digitem “asterisco um”. Para retirar a sua pergunta da lista digitem “asterisco dois”. Ao final das perguntas feitas por analistas e investidores teremos um período para perguntas para a imprensa.

Nossa primeira pergunta vem do Sr. Gabriel Laera, BES.

Sr. Gabriel Laera: Olá, bom dia, obrigado pela oportunidade. Eu sei que vocês não vão poder responder algumas das minhas perguntas, mas eu queria pelo menos enumerá-las. Eu compreendo plenamente se vocês realmente escolherem pulá-las.

A primeira seria sobre potenciais de re-potenciação. Eu acompanhei no Enase 2012 uma apresentação da ONS e lá havia um slide que apresentava um inventário de potencial de 485 MW de capacidade instalada não assegurada mapeado para a Ilha Solteira. Eu queria saber se esta possibilidade de re-potenciação entraria na conta da decisão sobre a MP 579 ou entraria nas análises a serem apresentadas para os acionistas na assembleia.

O ponto dois é baixa contábil, quanto seria, se aconteceria somente no cenário de aceitação de renovação ou não, qual o entendimento da administração.

O ponto três seriam os 700 MW de vendas no mercado livre que ficariam descasados na aceitação e se haveria alguma possibilidade do governo ajudar nessa recontração e se vocês poderiam identificar qual é o cliente ou o grupo de clientes.

E o quarto ponto seria a possibilidade de corte de custo. Quanto de corte de custo vocês acreditam que pode acontecer na estrutura de custos operacionais da CESP hoje e em quais linhas principalmente? Desculpe, são muitas e se quiserem a gente vai renumerando ao longo das respostas.

Sr. Mauro Arce: Oi Gabriel, é Mauro Arce presidente da CESP. Em relação à re-potenciação na realidade a coisa era em relação a Três Irmãos, três posições de turbina. Então esse estudo a que você se referiu da ONS era referente a Três Irmãos, mas evidentemente não existe nenhuma decisão, até porque em particular a concessão de Três Irmãos terminou dia 8 de novembro de 2011.

Já faz mais de um ano que nós estamos sem a concessão, então ela deve ter pedido. De acordo com a legislação essa é uma daquelas usinas que poderiam ser prorrogadas a critério do poder concedente e que teria mais vinte anos.

Sr. Gabriel: Mas não tem capacidade assegurada vinculada hoje.

Sr. Mauro: Não. Com relação à baixa contábil vai depender da decisão que a gente vai tomar, e evidentemente esse é um assunto que a gente vai ter que examinar após a decisão de segunda-feira. A assembleia vai ser às 15h.

Com relação ao déficit de 700 MW médios na realidade ele seria provocado pelo fato da gente ter, a CESP ter vendido energia até o dia 7 de julho de 2015. Então aí eu teria que entregar energia em cotas e ir ao mercado comprar; a que preço? A que preço e se tem a energia.

A outra é que isso faz parte de um dos recursos. Nós apresentamos recursos administrativos para serem respondidos, entre eles esse exatamente desse caso, porque não é que nós nos precipitamos; nós vendemos até o limite da nossa concessão.

Como houve a ideia de antecipar é uma coisa complicada. Você entrega a energia porque não tem mais tarifa, é uma receita, e ao mesmo tempo você vai ter que comprar essa energia no mercado para atender os teus clientes. Então esse é um dos pontos que nós... e lembrar que esses recursos que foram feitos... hoje é dia... até agora nós não tivemos uma resposta.

Há algumas manifestações de algumas autoridades federais, inclusive ontem, falando no caso específico de Três Irmãos, da data da entrada em operação, mas não tivemos nenhuma resposta objetiva e nem oficial sobre o assunto. Esse é um dos pontos que a gente vai aguardar e é por isso que a gente não quero antecipar nada. A gente vai aguardar até o último momento para ver se há alguma manifestação, alguma alteração dessa posição em função dos recursos que nós oferecemos dentro da data prevista para isso.

Com relação a corte de custo eu diria para você que a gente fez um esforço muito grande, isso fica claro pelo próprio resultado da empresa. A partir de... a gente já vinha fazendo antes, mas a partir de janeiro de 2011 nós reduzimos

ainda mais o custo da empresa. Nós não tínhamos investimento em novas fontes até por esse motivo: porque não sabíamos exatamente qual seria a proposta em relação às concessões.

Então a diria que... e aí existem algumas coisas que às vezes você faz comparação entre uma empresa privada e uma empresa pública. Na empresa pública para eu comprar um lápis eu tenho que fazer uma licitação, então tem que ter um pessoal para fazer isso; depois eu tenho um pessoal que tem que acompanhar essa compra e depois ele tem que mandar o material para o tribunal de contas, e são despesas que uma empresa privada não tem, o cara pode ir na primeira loja e comprar um lápis e nós não podemos fazer isso.

Então é uma característica diferente, e seguramente eu acho que tem que ser considerada quando você propõe ou faz comparações.

Sr. Gabriel: Compreendido, compreendido.

Sr. Mauro: Eu não vou dizer que... não vou falar de marca de carro, mas tem carro que custa 20.000 e tem carro que custa um milhão - e os dois são carros - mas diferentes.

Sr. Gabriel: Perfeito, perfeito, entendi. Desculpa mas só voltar ao ponto da venda no mercado livre: vocês não acreditam talvez que o governo poderia considerar um meio caminho, um caminho do meio para vocês? "Tá bom, até a contratação você entrega e depois entra..."

Sr. Mauro: A ideia embutida no nosso recurso é exatamente isso. Porque nós não vendemos... na hora que nós descobrimos que ia ter uma... então... e também tem uma emenda que nós oferecemos através de um parlamentar na mesma direção.

Sr. Gabriel: Perfeito.

Sr. Mauro: Seria razoável, mas... o que não significa que... são uma série de conflitos que se atendidos tornariam o processo da MP 579 melhor. Mas a gente tem que... primeiro não recebemos nenhuma resposta. A medida provisória sequer ainda foi discutida ou aprovada ou não aprovada na comissão mista. Seguramente hoje a quarta-feira e dificilmente isso vai acontecer ainda essa semana e a votação no senado e na Câmara. Ou seja, não existe uma decisão em relação a isso.

Sr. Gabriel: E desculpe me alongar aqui, é a última vez, eu volto com outra pergunta: a quinta pergunta então seria qual seria a atratividade da possibilidade de se alienar esse contrato renovado posteriormente? Ou só saber pelo menos se vocês procuram levar para a assembleia alguma análise nesse sentido também.

Sr. Mauro: ... que estamos ouvindo. É difícil antecipar qualquer coisa desse tipo. A gente tem um quadro, é o que aconteceu com a nossa ação a partir 11

de setembro desse ano. Aí vocês é que vão dizer.

Sr. Gabriel: perfeito está ótimo, muito obrigado.

Operadora: Nossa próxima pergunta vem do Sr. Marcio Prado, Santander.

Sr. Marcio Prado: Bom, bom dia a todos ou boa tarde, obrigado pelo call. Eu queria insistir um pouco nessa última pergunta. Eu entendo que não cabe aqui... foi feito o disclaimer ao final do call pelo Almir e não cabe aqui especular sobre a assembleia da segunda-feira; mas cabe a pergunta se o board, se a diretoria em algum momento vai indicar a seus acionistas o caminho que acha mais adequado, como outras empresas já fizeram.

Então a minha pergunta é se há uma expectativa da diretoria de divulgar uma indicação, um guidance para os acionistas para a votação de segunda-feira e eu acredito que isso tenha que ser feito até antes da votação. Então entender um pouco a cabeça da diretoria a esse respeito.

E uma segunda pergunta, Dr. Mauro, aproveitando o call, é a respeito das portarias da Aneel. Inclusive ontem o diretor-geral da Aneel mencionando ter um erro substancial no valor de Três Irmãos e hoje o ministro interino dizendo o contrário, está tudo muito confuso.

Mas se possível se o senhor pudesse comentar a respeito dos valores de O&M das tarifas propostas pelo ministério a partir de cálculos da Aneel dizendo que as empresas vão ter condição de ter lucros de margem de 10% a 15% com aquela tarifa de R\$ 7/MWh.

Eu queria escutar um pouco da CESP se concorda com isso, se é uma tarifa adequada esses R\$ 7/MWh, se realmente permite essa margem de mais de... 10% a 15% que o regulador tem mencionado até para bater um pouco com os nossos modelos porque estamos chegando a números um pouco diferentes. Obrigado.

Sr. Mauro: É Mauro Arce de novo. Primeiro o que a diretoria fez? Existem duas possibilidades: ou se aceita ou não se aceita. Então nós fizemos uma simulação disso com os dados que a gente dispunha. Pode acontecer alguma novidade em relação à segunda parte da pergunta. Você veja que ontem teve gente falou que vai corrigir, outros falavam que vai corrigir mas é marginal. Ou seja, enquanto a gente não tiver uma resposta efetiva a gente não tem uma posição.

Mas nós pegamos o que foi colocado na medida provisória e fizemos uma comparação em um caso e noutro. Quais são as duas alternativas? Uma é aceita a medida provisória e a outra é não aceita a medida provisória e vou com a concessão de Jupiá e Ilha Solteira até 7 de julho de 2015. Então esses dados a gente disponibilizou e apresentamos no conselho, e o conselho resolveu que esse assunto deveria ser submetido à assembleia.

Então a partir daí nós mandamos esse mesmo estudo para quem orienta o voto do acionista controlador (que é o CODEC - Conselho de Defesa dos Capitais do Estado) que está elaborando. São técnicos principalmente da parte financeira e da parte jurídica, e eles é que tem que preparar o voto nessa assembleia.

E evidentemente, se acontecer alguma coisa em entre esse momento que a gente está vivendo aqui até um pouco antes das 15h de segunda-feira a gente vai dizer "Olha, tem uma novidade". Ou seja, tudo isso que foi colocado, essas sugestões todas, elas foram submetidas e/ou em forma de emenda, mas no nosso recurso. Então estamos aguardando.

Com relação à indenização, por exemplo quando as coisas... no nosso balanço todo mundo fala que vai mudar, que mudou o critério de avaliação dos ativos. Na realidade nós mudamos. Nós tínhamos feito o mesmo... é o valor novo de reposição que consta do nosso balanço e que foi calculado. Contratamos uma consultora com os dados da Eletrobrás da mesma forma como eu entendo – e quem fez esse levantamento nesse caso é particular foi a EPE - deve ter feito.

Mas tem dois pontos que eu não conheço: na saída o preço que eles chegaram é o mesmo nosso? Senão porque é que está diferente, na saída. E o critério de depreciação. No caso de Três Irmãos ficou fácil de descobrir um dos problemas, que era a data da entrada de operação das unidades. Você tinha um canal, tinha uma barragem mas não tinha... não tinha turbina e foram colocadas, então quando foram colocadas tem dez anos de diferença.

Mas a gente... se falar bom, esses dez anos acrescenta quanto? Não sei. Não sei por que eu não sei como é que eles... qual foi o valor de partida deles e nem como eles consideraram a depreciação em termos de porcentagem anual. Isso para nós ainda não está claro.

Com relação a manutenção e operação basta dar uma olhada no valor, e aí a gente está mais comentando alguns comentários que foram feitos. "Olha, uma usina desse porte a gente... na iniciativa privada gente opera com dez pessoas". Seguramente agora nesse horário lá em Ilha Solteira tem menos de dez pessoas, só que eu tenho que ter quatro turnos porque os operadores, por lei... não por lei mas pela constituição brasileira só podem trabalhar seis horas.

Então eu tenho dez pessoas vezes pelo menos quatro. Como em geral esse pessoal termina tirando férias pelo menos algum dia eu tenho que ter uma equipe maior do que essa para cobrir férias, eventuais problemas de saúde e coisas desse tipo.

Então a característica da empresa - e isso vale para qualquer empresa, mesmo um operador privado vai ter que se sujeitar a isso - no nosso caso ainda temos alguns processos administrativos, sujeição à lei, por exemplo, a Lei 8666 que rege a parte de procura e compra de equipamentos, serviços, etc. Então são características diferentes. Então se alguém falar "Se a empresa fosse minha eu operava com uma pessoa, duas pessoas" é prematuro.

Nós fizemos um esforço, isso está patente no nosso resultado. O resultado inclusive do terceiro trimestre é muito bom, reduzimos bastante apesar de ter havido dissídio coletivo.

Naquilo que era controle da empresa – e isso é um problema, eu não controlo mais do que 20% de toda a minha despesa e o resto vem de outra forma, quase como imposição - mas nessa parte nós fizemos uma lição de casa. Se você perguntar se dá para fazer mais alguma coisa? Eu não gostaria de antecipar porque vai depender muito da decisão que for tomada, e a decisão é ou vamos aderir ou não vamos aderir. E se não vamos aderir esse lado... claro, pelo menos a curto prazo... a gente vai até ter um pouco mais de tempo.

Isso vale também para o problema da dívida da empresa. Todo mundo sabe o esforço foi feito de tornar a dívida gerenciável, e eu diria que nós chegamos em um valor de dívida/Ebitda fantástico comparado ao que era antes. Então não temos nada a acrescentar no momento.

Sr. Marcio: Mauro, só em relação - o senhor mencionou que é o CODEC, se não me engano, a instituição do estado responsável por indicar como o controlador deve votar - mas de qualquer maneira em relação à simulação simples que os senhores fizeram para... e aí é o CODEC que vai definir, então a minha pergunta não tem... então é o CODEC que vai apontar qual a direção.

Mas relação à simulação simples dos critérios conhecidos atuais da MP 579 entre renovar e não renovar, o valor presente da opção não renovar e renovar foi maior em qual dos casos?

Sr. Mauro: Eu não vou antecipar isso.

Sr. Marcio: É o CODEC que vai analisar esses dados.

Sr. Mauro: Exatamente. Nós entregamos um relatório, mas como eles não me perguntaram isso... é que eles estão analisando lá e nós mandamos esse material para eles e estamos aqui à disposição para responder. Mas eu não queria antecipar porque isso evidentemente induz a uma... e a gente tem tomado cuidado até por uma responsabilidade da direção da empresa, do conselho de administração - e eu em particular estou nos dois - mas nós não vamos... eu não vou te dizer. Vocês fizeram as contas e vocês sabem, conhecem os custos da empresa, etc. Mas eu não tenho condição nenhuma de antecipar.

Sr. Marcio: Perfeito, obrigado Dr. Mauro.

Operadora: Nossa próxima pergunta vem do Sr. Gabriel Laera, BES.

Sr. Gabriel: Olá Dr. Mauro, desculpa mais uma vez acabar ocupando o espaço do call. Eu só queria saber uma coisa: vocês chegaram a ter acesso ao anexo II da Nota Técnica 388/2012 que o MME soltou junto com outras notas técnicas

e que tem uma tabela detalhada de taxa de depreciação por agrupamento de custo, até inclusive entre períodos, não?

Sr. Mauro Marques: Aqui é Mauro Marques, contador da CESP. Realmente existe essa tabela. Ali estão listadas toda a depreciação utilizada e faz parte do questionamento que a CESP fez em prazo hábil, que ali tem a questão da depreciação utilizada para Três Irmãos com dez anos de diferença entre a data da entrada em operação comercial da primeira máquina.

Bem como outros questionamentos do período 96 até 99 e que ali no modelo utilizou a taxa de 3%, que nesse período de 96 a 99 as taxas já eram diluídas por equipamento e essas taxas para geração davam uma taxa média de 2,1%. Então ali você tem uma outra situação de taxas maiores que aquelas utilizadas, e faz parte do material que a CESP fez para questionamento exatamente desses dados.

Sr. Gabriel: Então o questionamento ele é sobre tanto a taxa quanto a depreciação acumulada; mas a depreciação acumulada ela é específica da unidade geradora I, que teve a data de início de operação equivocadamente imputada, ou seria de todas as cinco unidades geradoras?

Sr. Mauro Marques: Da forma que foi colocado a depreciação a mais ela levaria aos custos associados no modelo deles da unidade geradora I.

Sr. Gabriel: Tá bom.

Sr. Mauro Marques: Da forma que foi colocado.

Sr. Gabriel: Muito obrigado.

Operadora: Com licença, lembrando que para fazer perguntas basta digitar "asterisco um".

Nossa próxima pergunta vem do Sr. Gabriel Laera, BES.

Sr. Gabriel: Desculpe mais uma vez. Eu queria só ter uma ideia - eu não consegui achar aqui no Google rápido - quais são os membros do CODEC? É mais para entender quanto o discurso do Aníbal, que é bem politizado em alguns momentos, ele é representativo do discurso, ou inclusive do que poderia vir a ser a tomada decisão pelos membros e representantes do CODEC que votariam em nome do estado de São Paulo, que é o acionista controlador da empresa.

Sr. Mauro: Vamos lá Gabriel. Primeiro, o secretário José Aníbal, além de ser nosso secretário, presidente do conselho não só da CESP, mas da EMAE, etc., ele é presidente do fórum dos secretários de energia. Então ele tem uma posição do plano no caso.

Com relação ao CODEC, o CODEC é um órgão técnico da secretaria da

fazenda. O presidente do CODEC é o secretário da fazenda do estado de São Paulo, e aí tem técnicos tanto da área jurídica e também da própria secretaria, da consultoria jurídica da secretaria da fazenda, técnicos da fazenda e inclusive alguns a gente tem até... é normal que esses técnicos da fazenda participem de conselho fiscal, seguramente no nosso deve ter alguém da secretaria da fazenda. E o parecer final ele vai ser dado com o procurador-geral do estado, que é o advogado do estado.

Então é um órgão, o CODEC é um órgão técnico. Evidentemente um assunto desse porte ele é um assunto muito importante e que tem que ser visto. Tem secretário envolvido, o próprio governador está sendo colocado a par a cada passo da situação.

Sr. Gabriel: E desculpe, agora realmente é a última: a visão da diretoria de contabilidade, enfim, qual seria a possibilidade de na não aceitação não haver uma baixa contábil, dado que a realidade para a avaliação do... cost, que é o que está em balanço, ela muda drasticamente?

Sr. Mauro: É aí que está. Na realidade é interessante isso, porque quando se fala "Eles mudaram a forma" eles não mudaram; eles foram para a forma que a gente já estava usando a partir do IFRS. Agora como há divergência nos números... eu me certifiquei de novo: esse documento não diz qual foi o valor que eles consideraram como... o valor para construir uma nova usina de Ilha solteira ou de Três Irmãos ou de Jupia vai custar X.

Então eu acho que aí é uma questão... envolve uma questão jurídica. Se eu não for aplicar por algum motivo a medida provisória 579 o entendimento é que a gente estaria... existe uma legislação, parte na constituição e parte na legislação, que trata do processo de término e reversão de concessão. Aí eu acho que começaria...

Sr. Gabriel: Ela não vai ser substituída pelo que está escrito na MP 579? Não é isso o que o Zimmerman tem falado?

Sr. Mauro: Se eu não aderi... isso é uma coisa que o próprio... eu vi uma manifestação da AGU - Advocacia Geral da União, alguém lá falando que quando alguém diz assim "Então... se ele... quem não aderir quando terminar a concessão se tiver um leilão ele não vai poder participar", - o que seria uma violência - aí a pessoa da AGU falou "Não, se for feita uma licitação e desde que o atual concessionário - seja quem for - tenha condições técnicas e financeiras para fazer você não pode impedir ninguém de participar".

Então eu entendo não usando MP 579 eu volto a usar a legislação vigente.

Sr. Gabriel: Mas aparentemente não é isso que tanto o ministério quanto a Aneel dizem. Eles dizem que o valor já está calculado, o leilão já tem como preço teto esse valor, que inclusive já foi calculado como tarifa de referência para a RAG e então essa é a minha dúvida: isso não muda drasticamente as premissas que vocês tinham no... cost 2008, 2009 eu acho?

Sr. Mauro: Essa posição tem uma posição no seguinte sentido - e evidente que há um interesse muito grande de que todo mundo participe, todo mundo concorde com a MP 579 - agora não concordando é uma outra fase que nós vamos começar, se essa for a decisão, a partir do dia 5 de dezembro.

Sr. Gabriel: Entendi. Aí a coisa vai virar um playing legal, vira uma questão de tribunal.

Sr. Mauro: Eu não sei, aí vamos ver porque as coisas mudam tudo, não se sabe. Uma coisa é falar "Vem porque é melhor para você fazer isso" e depois vamos ver.

Sr. Gabriel: A única dúvida é que pelo que eu percebi a visão do governo é de que esse é o valor de referência a partir de agora.

Sr. Mauro: Não, não está escrito isso dessa forma na medida provisória no meu entender. Mas como eu digo, eu não sou advogado. É uma questão que eu não queria especular em cima de um assunto que nós temos duas possibilidades.

Sr. Gabriel: Perfeito, perfeito, compreendo perfeitamente, compreendo perfeitamente. Muito obrigado.

Operadora: Senhores analistas e investidores, por favor, caso haja alguma pergunta digitem "asterisco um".

Iniciaremos agora a sessão de perguntas e respostas para a imprensa.

Com licença, para fazer perguntas digitem "asterisco um". Para retirar a pergunta da lista digitem "asterisco dois".

Nossa próxima pergunta vem do Sr. Agnaldo Brito, Folha de São Paulo.

Sr. Agnaldo Brito: Bom dia Arce, bom dia a todos. Eu queria saber, Arce, se à luz do que disse ontem o Ubner sobre a possibilidade de revisão do valor de indenização de Três Irmãos em decorrência desse erro de dez anos do início de operação comercial da usina, se de alguma maneira isso torna impossível ou muito difícil o CODEC chegar a alguma conclusão em relação a qual é a melhor solução para o acionista: é aceitar ou não aceitar essa renovação. Como é que fica essa situação?

E além disso de a não resposta de vários recursos administrativos que vocês colocaram na Aneel, no ministério, enfim, e no ministério da fazenda, como é que fica a situação para a decisão, Arce?

Sr. Mauro: Primeiro o que a gente esperava e gostaria é que houvesse resposta para todos os questionamentos que nós fizemos, até porque não é uma coisa que a gente falou "Nós vamos fazer questionamentos". Está previsto

no regulamento que foi elaborado o direito de alguém fazer esse recurso, e a gente espera que haja uma resposta que pode ser sim, não, muito pelo contrário.

Pegar um caso isolado, o caso de Três Irmãos. Eu cheguei a colocar aqui alguns aspectos que a gente levantou e já foi tratado, eu não sei se você estava ouvindo; mas por exemplo o fato da gente ter vendido energia até a data do término da concessão em 2015 e o próprio custo, as comparações de custo entre uma empresa privada e uma empresa estatal e coisas desse tipo.

Então eu diria que é muito difícil que um único fator resolva o problema. Eu acho que já... já seria um avanço, pelo menos a gente teria uma resposta. Mas dependo da resposta gente vai analisar, e essa resposta teria que chegar antes, de preferência até sexta-feira agora ou no mais tardar até meio-dia de segunda-feira, porque às 15h... e evidentemente que qualquer novidade que haja nós estamos trabalhando muito ligados ao CODEC e qualquer mudança a gente vai passar o que foi a mudança de os efeitos da mudança em relação às hipóteses que a gente tinha formulado anteriormente.

Sr. Agnaldo: No caso da tarifa de 7,80... 7,40, que é como... também é uma questão apontada como um problema e não só com a indenização, não se falou nada. O governo apenas disse que pode rever - ainda marginalmente segundo o ministro interino Zimmerman - a indenização. Com essa tarifa, mantida essa tarifa, é possível tocar a companhia segundo a avaliação que vocês fizeram e repassaram ao CODEC?

Sr. Mauro: Não, aí que está: nós colocamos números, o CODEC - de novo, Agnaldo, eu não gostaria de antecipar isso porque vai ser uma decisão...

Sr. Agnaldo: Não é uma antecipação, Arce; é só qual é a avaliação que a diretoria da CESP passou ao CODEC.

Sr. Mauro: Nós passamos números; qual seria o efeito da decisão em cima dos dados de balanço da empresa, do resultado. Leva em conta que a CESP tem... apesar da dívida da CESP ser muito melhor do que era em 2006 mas ainda tem dívida para pagar, tem compromissos outros.

Então todas essas informações foram passadas e o conjunto das informações é que vão fazer com que o CODEC - que, de novo, está preparando dados a partir dos dados que nós estamos fornecendo - para que haja uma decisão. Então eu não sei falar assim "Olha, primeiro eu acho que a tarifa fomos nós que calculamos, mas eles oferecer uma receita na realidade, o que é um conceito diferente de tarifa. Aliás nós não temos tarifa há 10 anos; nós temos preço, participamos de leilões.

Então a tarifa... o que é uma tarifa? Cobre o custo do serviço, a operação, manutenção, e me dá mais uma remuneração, e há dez anos que nós não temos tarifa, nós temos preço. Então não é uma tarifa do pão, é a tarifa da padaria, terminado o negócio eu vou entregar pão de graça, eu não sei, porque

já está tudo depreciado. Mas como o pão não é tarifa, é preço, e como energia há dez anos não é mais tarifa e é preço é uma diferença que a gente não sabe como é que isso foi considerado.

Porque as informações que a gente tem disponíveis são da imprensa. Por exemplo, há uma manifestação, não sei se da Aneel, dizendo que nesse custo ainda embutiram a remuneração de 10% no que foi oferecido. Mas como é que a gente sabe como é que isso foi formado? Eu já falei alguma coisa sobre característica diferente, falar que opera com 10 mas eu preciso cinco equipes para operar com 10, porque as pessoas trabalham seis horas de acordo com a legislação. Então eu não teria...

Sr. Agnaldo: O senhor não encontrou esses 10% nessa receita que o governo definiu para a CESP, encontrou?

Sr. Mauro: Repete Agnaldo por favor, eu não percebi a...

Sr. Agnaldo: Os 10% que o governo está dizendo que a CESP vai receber de remuneração, o senhor encontrou no valor que recebeu para o preço da energia?

Sr. Mauro: Não está determinado. O pacote é geral. Alteraram, a gente... a receita está ligada à capacidade instalada, não é mais... é produção de energia, não sei se você percebeu isso.

Sr. Agnaldo: Sim, sim, é verdade.

Sr. Mauro: Se eu perder uma máquina eu perco uma parte da receita. Foi assim que foi calculado. Aliás não é novidade; por exemplo a usina de Itaipu é assim, é por KW, mas lá é realmente um preço fixo em dólar, etc., então não sabemos. Ele falou que sim e então se ele falou que sim tem que considerar que eu tenho que gastar 90% do que ele falou e o resto seria a remuneração.

E tem outros aspectos, tem impostos quando você faz operação e manutenção. Tudo isso nós levantamos nesse recurso. Não foi iniciativa que nós tomamos porque... não, está previsto.

Sr. Agnaldo: Arce, última pergunta: hoje qual é o preço, o custo por MWh do complexo CESP?

Sr. Mauro: Aí tem que ver porque não são só essas três usinas, tem características diferentes. Eu não gostaria de antecipar isso, você vai me desculpar, mas esse assunto, todos esses dados foram fornecidos ao conselho e do conselho remetidos para uma... então eu não poderia antecipar isso para você, você vai me desculpar.

Sr. Agnaldo: Última questão: o cidadão de São Paulo que é o dono, no limite é o dono das usinas CESP, ele não sabe hoje se é melhor prorrogar ou manter a situação atual. O senhor diria o que para o cidadão de São Paulo que tem

essas usinas, enfim, durante tantos anos? O que ele tem que esperar, o que ele deve esperar da CESP e do governo de São Paulo, presidente Arce?

Sr. Mauro: Primeiro a empresa é uma empresa de capital aberto, 40% do capital é do estado e 60% está no mercado, primeiro. Mas nós devemos evidentemente informar. A decisão que for tomada pela assembleia na segunda-feira pela vai ser explicada, o porquê se tomou essa decisão, e aí não só todo o povo de São Paulo, os contribuintes de São Paulo, mas os nossos acionistas em São Paulo e no mundo inteiro vão saber por que se tomou a medida alternativa A ou a alternativa B.

Sr. Agnaldo: Muito obrigado.

Sr. Mauro: Disponha Agnaldo.

Operadora: Nossa próxima pergunta vem da Sra. Ana Flávia Rocha, Reuters.

Sra. Ana Flávia Rocha: Bom dia. Eu queria apenas entender a questão do timing para a tomada de decisão mesmo. Vocês mencionaram que não obtiveram resposta para alguns dos recursos administrativos. Eu queria entender se é preciso que vocês tenham essas respostas para definir sobre qual vai ser o futuro dessas concessões a serem renovadas ou não, e se é possível tomar uma decisão hoje com as informações que a CESP já tem.

Sr. Mauro: Bom, primeiro nós fizemos um recurso administrativo, não tivemos resposta. É evidente, procuramos conversar, alguma coisa foi falada e isso ficou claro nas entrevistas que aconteceram ontem, eu acho, em Campinas, que tem uma parte lá que eles levariam em conta.

Se não houver resposta aos nossos recursos, nenhuma resposta, a gente já teria... os números já estão colocados. Se houver resposta tem que recalcular os números e ver qual o resultado que dá - isso até as 15h do dia 3 de dezembro, que é a próxima segunda-feira.

Sra. Ana Flávia: Tá, mas se não houver nenhuma resposta até então existe condição de tomar a decisão assim mesmo considerando as simulações que vocês fizeram? Vai sair a decisão?

Sr. Mauro: Sim, a gente passa... olha, não vai haver mudança, é isso mesmo - é evidente, em relação àquilo que a gente conhece - e lembrar que a medida provisória ela sequer foi votada na comissão mista. É claro, ela pode ser... qualquer um entende que ela pode ser modificada, melhorada, porque está sendo um debate. Pode não haver mudança nenhuma.

Mas as decisões... como a gente tem que tomar uma decisão até o dia 4 nós temos que tomar uma decisão com base naquilo que a gente tem naquele momento, ou seja, parte do pressuposto. Se nós recebermos alguma resposta às nossas indagações nós vamos corrigir de acordo com aquilo que foi deliberado.

Eu acho que o próprio... alguém falou lá no governo federal que decreto poderia ser demitido, coisas desse tipo. Qualquer fato novo nós estamos preparados para usar e dar informações adicionais.

"E se depois de algum tempo a medida provisória for alterada?" Bom, aí evidentemente nem sou eu, mas a própria legislação prevê que a tal lei de conversão é a que vale, e evidentemente eu entendo que se houver uma mudança na medida provisória tendo em vista como as coisas são tratadas, em uma democracia, a maioria, etc., vai ser adotada. Então não tem muita... vamos aguardar.

Sra. Ana Flávia: Mais uma questão: como já foi falado em houve esse erro reconhecido da entrada de operação de Três Irmãos. Isso vocês já chegaram a incluir na modificação dos cálculos, já que é bem recente essa informação de que isso pode ser corrigido?

Sr. Mauro: Não, porque nós não sabemos o número, o que eles vão considerar, entendeu? Se é que vai sair; eu espero que sim mas como nós não temos um número nós não vamos mexer em nada. Nós mantivemos os números que a gente tinha até então e se houver alteração a gente vai alterar as nossas contas. Não é uma coisa tão complicada assim não.

Sra. Ana Flávia: Tá certo, então não tem decisão ainda se vai renovar ou não nenhuma das usinas, é isso?

Sr. Mauro: Não, não é? Ok?

Sra. Ana Flávia: Tá bom, obrigada.

Sr. Mauro: Obrigado Ana Flávia.

Operadora: Nossa próxima pergunta vem do Sr. Wellington Bahnemann, Agência Estado.

Sr. Wellington Bahnemann: Boa tarde a todos. Eu gostaria de fazer três perguntas. A primeira não é necessariamente uma pergunta, mas o que o senhor puder esclarecer, Dr. Mauro, essa conversa que você teve com o Tolmasquim ontem, que o Aníbal comentou que o senhor entrou em contato com ele, enfim, só entender um pouco o que foi discutida entre a CESP e a EPE sobre essa questão das concessões.

A segunda pergunta é: o Aníbal tem dito publicamente que o governo de São Paulo não assina nada às cegas, e como o Aníbal é o presidente do conselho da CESP e isso já não seria uma posição do que pode vir a acontecer na assembleia?

E a terceira pergunta diz respeito à questão da baixa contábil. Quando a Eletrobrás divulgou o laudo, o estudo que baseou a decisão dela de renovar os

ativos, ela disse que independentemente do cenário a ser escolhido haveria uma perda: se fosse pela renovação seria uma perda no ativo e pela opção da não renovação seria feita uma provisão no balanço. Vocês compactuam com essa visão ou vocês têm uma visão diferente sobre esse tema? Obrigado.

Sr. Mauro: Primeiro eu realmente conversei com o Tolmasquim que é uma pessoa, um técnico super conhecido, uma pessoa sensata, e expus para ele a nossa preocupação em relação aos recursos que a gente tinha feito e não tinha recebido resposta.

Evidentemente nesse processo dá para perceber que tinham papéis bem definidos: a EPE fez alguma parte, a Aneel outra, o ministério da fazenda outra. Quer dizer, é que não dependia só dele; mas ele não só disse que "Olha, estou mandando de novo para a Aneel para ver esta correção". Agora não entramos em números, mas foi... é importante essa colocação. Eu queria destacar aqui a ação do presidente da EPE.

Sr. Wellington: Ele chegou a explicar mais ou menos do que se tratava essa questão da correção?

Sr. Mauro: A nossa pergunta foi muito clara, é essa data da entrada em operação. É uma coisa muito objetiva - das perguntas, nós formamos várias - mas uma delas é essa. Então ele... como essa foi... é um assunto que ele colocou, mas ele disse mais: "Olha, eu fiz o cálculo do valor de partida, a Aneel é que pôs o problema da depreciação" e ficou de falar lá, e como ontem ele publicamente falou em Campinas sobre isso eu entendo que não existe nenhum segredo do que nós tratamos eu com ele em particular.

Sr. Wellington: Correto.

Sr. Mauro: Em relação ao secretário eu já expliquei: a posição do secretário ela é uma posição que ele além de ser secretário de energia de São Paulo ele é presidente do conselho, mas ele é também presidente do fórum de secretários, e eu sinto que evidentemente com essa função ele tem uma responsabilidade muito mais ampla, é um agente político, e falou... olha, se ele antecipou uma coisa só ele pode responder. Eu não gostaria de responder por ele.

Com relação aos ativos é claro que se a gente já tivesse tomado uma decisão como a Eletrobrás... a diretoria ou o conselho... o conselho da Eletrobrás disse "Eu vou aderir", aí o problema do ativo fica resolvido. Se ele vai aderir é porque ele concorda com os valores lá - e isso vale para a CESP. Se a CESP fosse aderir não ter que discutir, é porque ela aceitou aquilo que está colocado lá como proposta de indenização.

Sr. Wellington: É que eles colocam que mesmo na opção da não renovação com base naquilo que foi proposto pelo governo eles fariam uma provisão no balanço. A minha dúvida é se vocês também na não renovação fariam uma provisão também no balanço de vocês.

Sr. Mauro: Primeiro esse é um assunto que é saber exatamente o que vai acontecer. Tudo bem, ele procurou responder mas se ele já tomou a decisão de aderir não precisava dizer, se não fosse aderir, se seria igual. Nós vamos ver. O entendimento - de novo, eu não sou um jurista nem um advogado - mas eu entendo que não aderindo à MP eu volto a estar sujeito à legislação que existe no Brasil. Eu não queria antecipar nada até porque se... são duas posições: se for para aderir esse problema está superado.

Sr. Wellington: Correto, tá ok então.

Sr. Mauro: Obrigado.

Operadora: Nossa próxima pergunta vem da Sra. Ana Rita Cunha, Agência CMA.

Sra. Ana Rita Cunha: Olá boa tarde Arce, tudo bom?

Sr. Mauro: Oi Ana, tudo bem?

Sra. Ana Rita: Tudo ótimo. Eu queria fazer três perguntas na verdade. Eu sei que... eu queria saber se vocês chegaram a calcular quanto significaria de custo essa energia que vocês teriam que contratar extra caso vocês venham a aceitar a MP 579.

A outra pergunta é se aceitando a MP 579 como fica o comprometimento de investimento para 2013? A companhia ainda vai ter um potencial de investimento para enviar... investimento para o próximo ano?

E o terceiro ponto é que se na segunda-feira não for aprovada na assembleia geral a adesão à MP - em um cenário especulativo - se ainda haveria espaço para voltar a discutir esse assunto, porque como a gente está vendo no congresso ainda não passou a MP, e o Zimmerman já sinalizou que se não for aprovada as empresas não vão ter que assinar um contrato em branco.

Então pode haver uma prorrogação nesse prazo de assinatura dos contratos. Nesse cenário, em uma não aprovação na assembleia, haveria ainda espaço para uma nova rediscussão, uma nova assembleia extraordinária para voltar a discutir a MP ou seria já decisão final, acabou, não tem mais discussão?

Sr. Mauro: Eu vou começar do final. Nós estamos trabalhando com um cronograma que existe hoje. Nós tomamos o cuidado de não perder nenhuma data. Eu não sei se eu vou aderir ou não, mas nós falamos que nós temos interesse de aderir desde que... depois dessa discussão, havia tempo, fizemos recurso, etc.

Então é uma posição, diferentemente de outras empresas que já falaram "Olha, eu não vou". Não pediram... porque a gente tinha que mostrar, não só mostrar mas escrever que nós tínhamos interesse na renovação. Isso nós fizemos.

Então o nosso caso não é um caso de falar "Vamos começar a contar de novo para vocês dizerem que foi interesse".

Se houver alguma alteração que torne a proposta uma proposta diferente nós vamos analisar as duas opções e o que for melhor nós nos procurar fazer - ou no caso agora o acionista controlador - o melhor possível para empresa. Então eu acho que respondi a terceira pergunta.

A primeira era com relação à.... a reconstrução não é difícil. São 600 e quantos MW? 770 MW médios multiplicados pelo número de horas do ano dá 8.740 e aí você põe o preço.

Mas essa é uma das grandes dúvidas: a que preço eu vou... eu sei o preço que eu vendi os contratos; se eu tiver que ir a mercado e comprar mais caro do que eu vendi eu estou tendo prejuízo, mas quem comprou da gente não quer saber se eu tenho ou não tenho. Se for interessante para ele que ele vai querer receber essa energia.

Sra. Ana Rita: Deixa eu só fazer uma pergunta: vocês têm qual é a média de preço desses contratos ou vocês não divulgam?

Sr. Mauro: Cada um tem um preço porque foram feitos em épocas diferentes, forma de correção diferente, etc.. Então a gente põe aí um número... o número mais fácil para por é um número redondo. Se for 100 a gente tem o quanto é e depois vamos ver "Olha, eu vendi por tanto, mas eu vou entregar energia em cotas e ir ao mercado comprar". Então esse é o grande problema, é o fator desconhecido, eu não sei como está o mercado. É claro, o PLD de alguma forma dá uma boa dica para isso e a gente vê o que aconteceu com o PLD esse ano.

Sra. Ana Rita: Se ficar nesse patamar aí então de R\$ 300 que chegou, tem chegado agora nesses últimos meses - por causa da chuva - vocês poderiam falar em prejuízo desses contratos então?

Sr. Mauro: Não, não. Primeiro infelizmente nós não vendemos... a menos que alguém comprou energia nossa - e a gente fez alguns leilões desse tipo - eu pago PLD mais um ágio, mas esse é um contrato muito pequeno. Esses contratos em geral foram preços negociados, tem correção, IPCA ou alguma coisa desse tipo, e evidentemente primeiro precisa ver se tem a mercadoria para comprar, ou seja, é uma incógnita para nós, ou é um risco que a gente não pode calcular porque ele depende do preço - primeiro se existir.

A primeira pergunta era... investimento o que a gente tinha feito a partir de algum tempo, como não existia esse problema da concessão, primeiro a CESP não participou de nenhum novo investimento - até porque em geral os investimentos em geração ficam fora do estado de São Paulo e a CESP, pela lei que a criou, teria que modificar a lei na assembleia legislativa para ela poder participar de uma sociedade de propósito específico.

Então nós não temos, diferentemente da Eletrobrás que participou de vários leilões e tem compromissos de construção de usinas, nós felizmente... o nosso investimento está restrito, ficou restrito à modernização, automatização e melhorias das usinas existentes. Isso não é um valor expressivo, não passou de R\$ 100 milhões e esse ano vai ser até menos.

Sra. Ana Rita: Certo então, e para 2013 vocês não têm um patamar de investimento? A gente pode falar também menos de R\$ 100 milhões?

Sr. Mauro: Nós... veja bem, aí depende porque primeiro lembrar que mesmo havendo isso você tem usinas da CESP que continuam com as concessões, é o caso de Porto Primavera, então primeiro tem que separar as duas coisas: uma função de concessionária, de produção, de produtor independente de energia e empresa de prestação de serviços de operação e manutenção.

Até dúvidas sobre impostos. Quando você faz um contrato de prestação de serviços você tem que pagar por município o ISS, nós não sabemos como é que isso seria considerado. Isso é uma das coisas que a gente tem.

Sra. Ana Rita: Tá ótimo, obrigada então Arce.

Sr. Mauro: Disponha Ana.

Operadora: Com licença, lembrando que para fazer perguntas basta digitar "asterisco um".

Com licença, encerramos neste momento a sessão de perguntas e respostas. Eu gostaria de passar a palavra à CESP para as considerações finais.

Sr. Martins: Agradecemos a participação de todos. As demonstrações financeiras, nosso release de resultados estão disponíveis no nosso website de relações com investidores, ri.cesp.com.br. Nossa equipe de RI está à sua disposição pelos meios de contrato que constam do final da apresentação. Muito obrigado todos.

Operadora: A teleconferência da CESP está encerrada. Gostaríamos de agradecer a participação de todos e tenham uma boa tarde.
